

---

## Os anos de afirmação

António Monteiro Cardoso

Terminados os anos difíceis da Grande Guerra e do imediato pós-guerra entra-se num período de certa acalmia. Alfredo Bensaúde (1922 p. 108), que se manterá como diretor até ao final de 1920, assinala com satisfação que o ano letivo de 1919–1920 decorreu com normalidade e que a exposição dos trabalhos escolares em outubro de 1920 foi a prova bem palpável de que o Instituto Superior Técnico não estacionou.

Apesar disso, nota-se uma certa insatisfação dos alunos com algumas medidas do CE, que lhe acarretam dificuldades injustificadas, originando representações, quase sempre apresentadas em termos respeitosos, em nome do objetivo de aperfeiçoar e engrandecer o instituto.

Assim, em 2 dezembro de 1919, uma comissão eleita pelos alunos, por não estar ainda constituída a nova direção da AEIST, dizendo-se *fartos de greves que tão difícil lhes têm tornado a sua vida escolar*, pede ao CE que não altere as condições a meio dos percursos escolares, de modo a que se entrasse *numa nova época de paz e de estudo*<sup>1</sup>.

Em novembro de 1920, uma nova comissão delegada, de que fazia parte Duarte Pacheco, apresentou ao CE um conjunto de pretensões, tais como a marcação dos exames de frequência com um intervalo mínimo de oito dias, a afixação de uma tabela de precedências, a publicação dos programas das cadeiras, a divulgação das classificações dos exames, no prazo máximo de oito dias, e a suspensão das restrições às matrículas com fundamento nas incompatibilidades de horário.

Estas reclamações, que envolvem uma atitude bastante crítica em relação ao modo de funcionamento da escola, são formuladas em termos cordatos, esperando que fossem tomadas em conta *na obra de ressurgimento do IST que interessa igualmente a professores e alunos*.

Não obstante estes cuidados, desencadeiam-se nesta altura movimentos de protesto contra alguns professores, acusados de autoritarismo e arbitrariedade, que nalguns casos levam os alunos a fazer greve às aulas.

Assim, em 1921, os alunos de mineralogia e petrografia representam ao CE contra o professor Silva Pinto<sup>2</sup>, o que origina um inquérito (ACE, 7/12/1921). Outro conflito, mais prolongado, ocorreu com o prof. Giovanni Costanzo, doutorado pela Universidade de Nápoles e regente da cadeira de física, que teve de ser substituído interinamente por um professor contratado para o efeito (ACE, 10/1/1921). O litígio dos alunos persistiu no ano letivo de 1923–1924, de tal modo que, por portaria de 9 de setembro de 1924, foi criada uma época especial de exames em outubro para a cadeira de física, destinada aos alunos reprovados na época de julho, atendendo a que o período escolar naquela disciplina fora excecionalmente *muito reduzido*<sup>3</sup>.

No rescaldo destes conflitos, face à necessidade de proceder à revisão da forma como eram regidas algumas cadeiras, o CE resolve criar uma comissão de professores para propor mudanças nos cursos e programas (ACE, 19/11/1923)<sup>4</sup>.

Paralelamente, assiste-se nestes anos a um incremento da atividade associativa entre os alunos, sobretudo a partir da fundação em abril de 1924 do Grupo Desportivo da AEIST, que vai criar secções para a prática de quase todas as modalidades então mais divulgadas em Portugal, não obstante a carência de instalações no edifício do Conde Barão<sup>5</sup>. Este interesse pelo desporto, comum à sociedade portuguesa da época, correspondia, de resto, aos propósitos enunciados por Bensaúde, que salientava a importância do *desporto atlético* e dos *jogos ao ar livre* como elemento importante na formação dos alunos. Este reforço do associativismo manifesta-se

---

igualmente num projeto de formação de uma cooperativa, cujos estatutos foram submetidos ao CE. Por outro lado, a ideia de uma revista de carácter científico, a editar pelos alunos, que levaria à criação em outubro de 1915 da *Técnica Industrial*, é retomada com o lançamento da *Técnica*, a partir de dezembro de 1925.

Deste modo, não obstante a persistência de conflitos pontuais com alguns professores, a atividade do IST decorria normalmente, quando em janeiro de 1926, nos meses finais da Primeira República, ocorre um conflito de grandes proporções, tendo na sua origem a questão do título de engenheiro.

De fato, desde há alguns anos que os diplomados pelos institutos industriais se movimentavam no sentido de lhes ser conferido o título de engenheiros auxiliares, em vez de auxiliares de engenheiros. À primeira vista, pareceria uma pequena alteração na ordenação das palavras, mas que resultava numa diferença substancial, que por isso veio a suscitar grandes conflitos.

Assim, depois de um projeto apresentado ao parlamento em 1921, que não teve seguimento, na sessão de 11 de fevereiro de 1924, o ministro do Comércio, do governo chefiado por Álvaro de Castro, António Joaquim Ferreira da Fonseca, apresentou uma proposta no sentido de ser conferido o título de engenheiro auxiliar aos diplomados com os cursos especiais dos institutos industriais ou dos que lhes fossem equivalentes. O projeto foi remetido à Comissão de Instrução Especial e Técnica, que considerou tratar-se de um ato de justiça, cabalmente justificado, por se entender que a denominação de auxiliares de engenheiros não correspondia às habilitações dos alunos dos institutos industriais<sup>6</sup>. Acrescia que os diplomados com o curso de minas e o de construções civis e obras públicas já habilitavam para os lugares de engenheiros auxiliares dos ministérios do Comércio, das Colónias e do Trabalho e que aquele modesto mas honroso título era já atribuído aos diplomados na secção industrial do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra. Lido o parecer da comissão na sessão de 1 de abril de 1924, foi o projeto aprovado sem discussão e remetido ao Senado.

Em resposta a esta deliberação, os alunos do IST elaboraram em 5 de abril de 1924 uma

representação dirigida ao Senado<sup>7</sup>, pedindo que este rejeitasse aquela proposta de lei, mantendo-se em vigor o decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, que organizara o ensino técnico em Portugal.

Neste documento, secundado por outro no mesmo sentido entregue pelo CE, os alunos do IST protestam contra a *degradação sempre crescente do título de Engenheiro*, que tinha tomado *um sentido anódino e abastardado*, pelo que se impunha reagir contra a *megalomania dos pretensos engenheiros*.

No sentido de lhes ser reservado o título de engenheiro, os alunos do IST apontam a sua elevada preparação científica, em contraste com a ministrada nos institutos industriais, desde logo manifesta na duração dos estudos. Assim, enquanto os cursos médios industriais exigiam 8 ou 9 anos (4 da Escola Rodrigues Sampaio ou 5 do curso geral dos liceus), seguidos de 4 no Instituto Industrial, os alunos do IST tiravam um curso superior de 6 anos, a que acediam depois de concluído o 7.º ano do curso complementar de ciências do liceu, o que perfazia um total de 13 anos, agravado pela exigência de um exame de admissão.

Outro argumento essencial que diferenciava as duas formações era o estudo das ciências puras que se fazia no IST, *base fundamental da educação da engenheiro* e sobretudo da matemática, como o afirmara a Conferência Internacional do Ensino da Matemática, reunida em Paris em 1914 e o tinham entendido *as escolas categorizadas de engenharia do mundo*. Ora os alunos dos institutos industriais concluíam o curso com tanto tempo de estudo da matemática como os alunos com o curso do liceu, o que inviabilizava a sua preparação científica para as funções e o título de engenheiro.

Ao atribuir-lhes o título de engenheiros auxiliares, este último atributo depressa caducaria, como acontecera com os antigos condutores de obras públicas, estabelecendo-se a confusão entre os dois níveis de formação técnica: a dos cursos médios e a dos cursos superiores.

Esta distinção não se jogava apenas no plano simbólico e em termos de estatuto, mas no terreno bem concreto das saídas profissionais, que escasseavam para uns e outros. Como se reconhecia na representação, o desenvolvimento

relativamente pequeno da indústria portuguesa não lhe permitia absorver os engenheiros que saíam das três escolas actualmente existentes (Instituto Superior Técnico, Faculdade Técnica do Porto e Escola Militar<sup>8</sup>). Se com eles concorressem os diplomados pelos institutos industriais, com menores habilitações, mas com *um título bem sonante*, o resultado seria o desemprego com grave risco para o equilíbrio social.

Apesar da pronta reação contra aquela proposta, os alunos e docentes do IST não lograram evitar que fosse aprovada, convertendo-se na lei n.º 1638, de 23 de julho de 1924, mas ficou a germinar uma recolocação da questão, logo que se oferecesse uma ocasião favorável. Tal acabou por suceder, em janeiro de 1926, numa conjuntura de debilidade dos governos republicanos, que prenuncia o final do regime e o advento da ditadura.

Tudo começou com o movimento dos estudantes do Instituto Superior de Comércio (ISC), os quais no dia 15 de janeiro abandonaram as aulas, em virtude das reclamações que tinham apresentado não terem sido atendidas<sup>9</sup>. Reunidos em assembleia-geral, realizada no dia 19 de janeiro, para *apreciar a situação em que os coloca o sistemático desinteresse dos poderes públicos por tudo o que à sua escola diz respeito* e também a ação dos seus colegas do ISC, os alunos do IST deliberaram *recorrer ao imediato e completo abandono dos trabalhos escolares como único meio que lhes resta, de protestar contra semelhante estado de coisas, atitude em que inflexivelmente se manterão até que sejam completa e satisfatoriamente resolvidos os graves problemas pendentes*<sup>10</sup>. Deliberaram igualmente saudar os seus colegas do ISC, manifestando-lhe a sua inteira solidariedade.

Numa demonstração clara de que a sua ação não se dirige contra o corpo docente aprovam uma saudação ao diretor, general Ferrugento Gonçalves e ao CE<sup>11</sup>. À frente do movimento estão o presidente da direção da AEIST, José da Veiga Lima e o presidente da assembleia geral José Centeno Castanho, que desenvolvem diligências junto de outras associações e da Federação Académica de Lisboa, que manifesta o seu apoio à greve.

Ao longo da última semana de janeiro entram também em greve a Faculdade Técnica do Porto, o Instituto Superior de Comércio do

Porto e o Instituto Superior de Agronomia, aos quais se juntam as faculdades de letras e de ciências, de Lisboa, Coimbra e Porto, atingindo um total de 11 escolas superiores. Cada uma delas reclamava medidas específicas que tinham como objetivo comum garantir-lhes de forma exclusiva o acesso a determinadas funções ou o uso de um título profissional. Encontravam-se neste último caso, além do IST, a Faculdade Técnica do Porto e o Instituto Superior de Agronomia, o que levou os respetivos estudantes a apresentarem em fevereiro de 1926 uma representação conjunta ao parlamento<sup>12</sup>, em que pedem que seja aprovado o projeto de lei apresentado pelo deputado João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes, antigo ministro do Comércio, que lhes reservava o título de engenheiro<sup>13</sup>.

Esta movimentação suscitou reclamações em contrário dos alunos dos institutos comerciais e do Grémio Técnico Português, enquanto a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses e a Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal manifestaram apoio aos alunos das duas escolas superiores de engenharia em greve. Mobiliza também apoios internacionais, como o atesta a exposição enviada ao parlamento pelos engenheiros formados pelos *Technikum* alemães, em defesa do exercício da profissão de engenheiro em Portugal (DCD, 8/4/1926:3).

De fato, a questão do título de engenheiro assumia dimensão internacional, como o demonstra uma comunicação, lida ao CE pelo professor Charles Lepierre, que a recebera de França, onde também se debatia a necessidade de uma mais eficaz protecção ao uso do título de engenheiro<sup>14</sup>.

Sem manifestarem apoio à greve<sup>15</sup>, os professores do IST nem por isso deixaram de defender publicamente as razões que levaram os alunos a enveredar por essa via, o que suscitou acerbas polémicas nos jornais com os que sustentavam posições contrárias. Foi o que sucedeu ao professor Charles Lepierre, o qual, depois de sustentar num jornal a protecção do título de engenheiro se viu invetivado num artigo assinado por um grupo de diplomados do antigo IICL, o que levou os alunos do IST a aprovar em assembleia geral uma saudação ao *ilustre químico* e o CE a pedir ao ministro o desagravo por aquela ofensa<sup>16</sup>.

A braços com um conjunto de reclamações diversificadas de várias escolas, que implicavam diferentes ministérios e a alteração de diplomas legais, o governo decidiu criar uma comissão para as examinar, de modo a poderem ser resolvidas, o que foi recebido com desagrado pelos alunos do IST. Na verdade, além da lentidão que tal implicava, a referida comissão começou por apreciar questões menos delicadas, como as suscitadas pelos alunos da Faculdade de Letras e só em princípios de março se debruçou sobre a regulamentação do título de engenheiro.

Segundo o relato de um jornal, nas sessões da comissão tinham sido proferidos longos discursos, um dos quais coubera a um professor do IST chamado Duarte Pacheco, cujo nome foi *saudado entusiasticamente* numa reunião de alunos daquele instituto<sup>17</sup>.

Depois de sucessivas críticas formuladas nas câmaras e nos jornais contra a morosidade e aparente desinteresse do governo na resolução da greve académica, na sessão da Câmara dos Deputados, de 9 de abril de 1926, os ministros da Instrução, Comércio e Agricultura apresentaram ao parlamento uma proposta sobre o *uso do título e exercício da profissão de engenheiro*, que baixou à comissão *respetiva*. No essencial, esta proposta dava satisfação às reclamações dos alunos do IST, os quais, através da sua comissão representativa, a consideraram vantajosa, sendo como tal por eles aceite, embora não correspondesse inteiramente ao que pretendiam<sup>18</sup>. Porém, este primeiro sinal positivo não foi suficiente para que levantassem a greve, pois a proposta não fora ainda aprovada. Em contrapartida, era agora a vez dos alunos dos institutos industriais entrarem em greve, desagrados com o teor da proposta<sup>19</sup>.

Quando ocorre o golpe de estado de 28 de maio de 1926, que põe fim à Primeira República, os alunos do IST encontravam-se ainda em greve, que tinham iniciado há mais de quatro meses.

O governo da ditadura militar então instituída toma, de imediato, medidas para resolver a crise estudantil. Assim, pelo decreto nº 11780, de 26 de junho de 1926, relevou as faltas dadas pelos alunos das diferentes faculdades e escolas universitárias, que tinham abandonado as aulas no ano letivo de 1925–1926, estabelecendo

excepcionalmente uma época de exames em dezembro, para além das de julho e outubro.

Quanto à questão que originara o movimento dos alunos do IST, foi publicado o decreto nº 11988, de 29 de julho de 1926, que estabelece taxativamente quais os diplomados a quem pertence a designação de engenheiro, o qual, nesta área, fica reservado aos cursos de engenharia do IST e da Faculdade Técnica da Universidade do Porto<sup>20</sup>. Aos diplomados com qualquer curso de ensino técnico industrial médio era conferida a designação de agente técnico de engenharia. Deste modo, a movimentação a que os alunos do IST tinham metido ombros, abandonando as aulas, desde o dia 19 de janeiro de 1926, conseguia a satisfação total dos seus objetivos.

Ao mesmo tempo, o IST vai beneficiar da meteórica ascensão política de Duarte Pacheco, o qual, depois de assumir o cargo de diretor em 21 de junho de 1927, é nomeado ministro por sucessivas vezes e presidente da câmara municipal de Lisboa<sup>21</sup>, até à sua morte num acidente de viação em 16 de novembro de 1943. Quando não está no desempenho destas funções, retoma o seu cargo de diretor do IST, que exercerá entre novembro de 1928 e julho de 1932 e entre janeiro de 1936 e dezembro de 1938.

Pelos altos cargos que exerceu e pelo seu papel na construção do *campus* do instituto, Duarte Pacheco vai exercer um considerável ascendente em relação aos alunos do IST e aos engenheiros ali diplomados, mau grado algumas críticas que lhe dirigiram como diretor.

O fato de os alunos do IST terem conseguido atingir o seu objetivo quanto ao título de engenheiro, após um longo e penoso movimento de greve no ano letivo anterior, poderá explicar a sua ausência na greve estudantil de 1928, desencadeada pelos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em resposta à extinção daquele estabelecimento, a que se juntaram os de ciências, farmácia, medicina e letras. Acresce ainda que na pasta da instrução pública se encontrava nesta altura Duarte Pacheco, que é acusado num manifesto de menosprezar as demais escolas em favor do IST<sup>22</sup>.

Também na agitação política estudantil contra a ditadura, ocorrida em 1931, não se regista grande envolvimento de estudantes do Técnico, em comparação com o que sucede

noutras escolas, como direito ou medicina. De notar, contudo, que nas eleições para a direção da AEIST de abril daquele ano saiu vitoriosa uma lista republicana, ou seja, formada por estudantes opositores da ditadura (Faria 2000: 183). Alguns deles eram filhos de figuras políticas da Primeira República, como era o caso de Vasco de Carvalho<sup>23</sup>, membro daquela direção, e de Carlos Aboim Inglês, bem conhecidos pelo seu ativismo político<sup>24</sup>.

Os anos finais da década de 30 e os primeiros da de 40 vão ser marcados por um clima de exaltação nacionalista e pelo enquadramento da juventude pela Mocidade Portuguesa, que procura controlar e sobrepor-se ao associativismo estudantil.

A monumentalidade do *campus* do Técnico oferece o cenário ideal para algumas celebrações do regime, como as promovidas pela Legião

Portuguesa, que em 1938 ali efectua uma missa campal para bênção da bandeira de um dos seus batalhões e outra por alma do comandante de lança Cerveira de Albuquerque, morto na guerra civil de Espanha, como membro da Missão Militar de Observação, junto das forças franquistas.

Porém, mesmo no clima opressivo da época, começam a registar-se pequenos sinais de mudança, que iriam despontar de forma clara após o final da Segunda Guerra Mundial. Um desses sinais é a matrícula em 1931 da primeira mulher a diplomar-se em engenharia em Portugal, um universo até então exclusivamente masculino. Maria Amélia Chaves, filha de um oficial do exército, que a incitou naquele projeto, diplomou-se em engenharia civil em 1937, inscrevendo-se na Ordem dos Engenheiros no ano seguinte<sup>25</sup>.



*Missa campal celebrada no campus a 28 de agosto 1938, em memória do comandante de lança Cerveira de Albuquerque e Oliveira morto em Espanha.*

Fonte: ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0059-3138M.

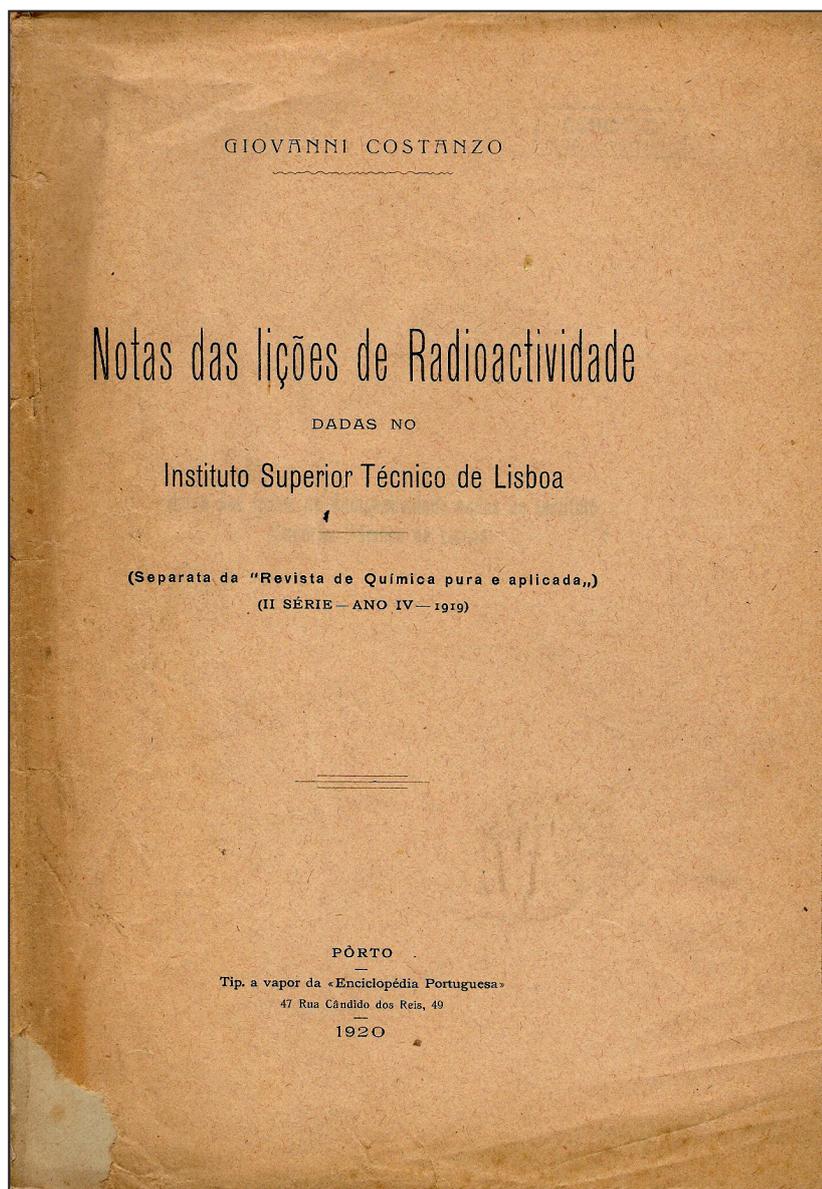
Imagem cedida pelo ANTT.

<http://digitalq.daguarq.gov.pt/viewer?id=1014092>

- 1 A comissão protestava contra a decisão do CE de não permitir matrículas nas cadeiras, teóricas ou práticas, onde houvesse incompatibilidade de horários, concluindo que tal não tinha fundamento e impedia os alunos de concluir o curso num prazo razoável.
- 2 Júlio V. da Silva Pinto, engenheiro industrial pelo antigo IICL de Lisboa, chefe da secção de minas da Casa H. Burnay & C<sup>a</sup>.
- 3 Na sessão do CE, de 5 de novembro de 1923, foi lida uma representação dos alunos da cadeira de física industrial, explicando porque não tinham comparecido às aulas da cadeira e pedindo a imediata substituição do professor Costanzo, o qual pediu uma sindicância ao seu procedimento. Alguns professores criticaram a diminuição da autoridade dos professores e o maior predomínio dos alunos, elogiando Costanzo como um físico *como não há em Portugal*, propondo que os alunos que faltaram reprovassem, mas outros discordaram e defenderam que ele suspendesse a regência da cadeira.
- 4 Foi dada a informação no CE da existência de um grupo, de que fazia parte a Associação dos Engenheiros pelo IST, que tomou a peito fazer o levantamento da situação da escola, dizendo haver cadeiras que precisavam de ser reformadas. Charles Lepierre propôs que a comissão nomeada pelo CE ouvisse as associações de engenheiros e as associações de industriais sobre as necessidades do ensino no IST.
- 5 Em 1924, GDIST dedica-se a 9 modalidades (futebol, ténis, atletismo, natação, hóquei em patins, remo, rugby, esgrima e boxe). No ano seguinte, inclui também o tiro, o pingue-pongue e o pólo aquático. Para a prática da maior parte destas modalidades recorrem ao aluguer ou à cedência gratuita de instalações. Em novembro de 1925, solicitou ao CE que conseguisse a cedência do ginásio do Liceu Passos Manuel, por não haver no instituto nem verba nem local para montar uma sala de ginástica (ACE 3/11/1925). Uma das primeiras deliberações da direção do GDIST foi a construção de um novo campo de ténis.
- 6 Os diplomados com o curso de máquinas nem sequer eram auxiliares de engenheiros, mas somente condutores de trabalhos, denominação que era conferida aos indivíduos com o curso das escolas industriais e elementares. Os títulos dos diplomados pelos institutos industriais estavam fixados no artigo 77º do decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, que se referia a auxiliares dos engenheiros, chefes de indústria e condutores de trabalhos.
- 7 Impressa em abril de 1924, com o título Representação dos alunos do Instituto Superior Técnico ao Senado da República Portuguesa.
- 8 Referem-se aos cursos de engenharia militar da Escola Militar.
- 9 Segundo o ministro do Comércio Gaspar de Lemos, os alunos do ISC pediam, entre outras coisas, que se lhes reservassem lugares na Caixa de Crédito Agrícola, nos consulados e como professores nas escolas comerciais e industriais (DCD, nº 27, de 29.1.1926 p. 5).
- 10 Os estudantes do IST, tal como os das demais escolas superiores, utilizam de preferência a expressão abandono dos trabalhos escolares, em vez de greve, decerto para não serem conotados com o movimento operário e as suas formas de luta.
- 11 O diretor do IST enviou uma representação ao parlamento para que fosse restabelecida a legislação que atribui o título de engenheiro somente aos diplomados pelas escolas superiores de engenharia (DCD, sessão de 12/2/1926).
- 12 Na parte referente aos cursos superiores técnicos, a representação reproduz no essencial a que fora enviada ao senado pelos alunos do IST, em abril de 1924.
- 13 O projeto determinava que só os diplomados com o curso de engenharia por universidades ou escolas superiores poderiam usar o título de engenheiro. Foi apresentado na sessão de 25 de janeiro de 1926 e enviado à Comissão de Instrução Especial e Técnica. Porém, em 28 de março seguinte, o deputado João Vaz Guedes faleceu subitamente. O diretor do IST declarou que fora um dos ministros da República, a quem o IST mais devia. Era pai de José Maria do Carmo Vaz Guedes de Queiroz, que se matriculara no IST em 1920–21 e que era finalista quando ocorreu esta crise.
- 14 ACE, 8/2/26. Na representação dos alunos do IST ao Senado, de abril de 1924, referia-se: *a ambição do título de engenheiro não é exclusiva de Portugal. A França, a Bélgica e a Polónia sofrem do mesmo mal que procuram combater*.
- 15 Numa entrevista do presidente da AEIST, Veiga Lima, este afirma que os professores, que felizmente não são de *via reduzida* se limitavam a comparecer para dar as aulas, retirando-se por falta de alunos (Correio da Manhã, de 21/1/26). Na sessão de 23/1/1926, o CE resolvera suspender as aulas práticas e adiar os exames.
- 16 O artigo contra Charles Lepierre foi inserido no jornal O Século de 2/1/1926, tendo o visado respondido no número de 4/2/26. Em resposta às acusações na imprensa de ser *meneur* da greve académica, pediu ao diretor do IST uma rigorosa sindicância aos seus atos, declarando-se ausente do CE enquanto não ficasse tudo esclarecido (ACE, 8/2/26).
- 17 *Diário de Notícias* de 5 e 14 de março de 1926. Na sessão do CE de 8 de março de 1926, o diretor do IST, general Ferrugento Gonçalves informou que, por impossibilidade de tempo para participar na comissão nomeada para estudar as reclamações dos alunos em greve e a forma de solucionar o conflito sobre o uso do título de engenheiro, se fizera substituir por Duarte Pacheco, *o professor mais moderno do instituto, que alia à vivacidade da sua inteligência o fato de estar bem conhecedor do assunto*. Duarte Pacheco só aceitou, depois de se certificar que a sua nomeação não melindrava os restantes docentes.
- 18 *A Época* de 24/4/1926.
- 19 Na sessão de 13/4/1926, o deputado Luís da Costa Amorim, favorável às pretensões dos alunos dos institutos industriais requereu cópia das atas da comissão encarregada de apreciar as reclamações dos estudantes.
- 20 A par, nesta área, dos diplomados com os cursos de engenharia militar e de artilharia a pé da Escola Militar e do curso de engenheiro hidrógrafo da Escola Naval de Lisboa. Mantinham também o título os diplomados com antigos cursos de engenharia, como os da Escola Politécnica do Porto, os de engenharia industrial dos antigos IICL de Lisboa e do Porto e os da Escola do Exército e da Escola de Guerra.
- 21 Foi ministro da Instrução Pública entre 18/4/1928 e 10/11/1928 e ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 5/7/1932 e 18/1/1936 e entre 25/5/1938 e 16/11/1943, data da sua morte. Em 1/1/1938 foi nomeado presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que acumulou com o de ministro.

- 22 Num manifesto subscrito pela Comissão Defensora dos Interesses Académicos, datado de 9 de junho de 1928, refere-se: *Dir-se-ia que o atual ministro pretende apenas ferir propositada, calculadamente, as universidades onde ele nunca passou, para que o país possa gozar os benefícios de uma grande Escola Técnica, sonho que sempre acalentou o sr. engenheiro Duarte Pacheco* (Faria 2000 p. 331).
- 23 Vasco de Carvalho (1910–2006), engenheiro eletrotécnico, filho e neto de revolucionários republicanos, foi dirigente do PCP entre 1940 e 1942, altura em que foi preso pela PIDE.
- 24 Carlos Lopes de Aboim Inglês (1899–1942), frequentou o IST, entre 1917 e 1923, dirigente do PCP. Era filho de António Aboim Inglês, professor do IST, deputado e ministro da Primeira República.
- 25 Ver a interessante entrevista com Maria Amélia Chaves, publicada na *Ingenium*, de novembro/dezembro de 2006.

*Outro conflito, mais prolongado, ocorreu com o prof. Giovanni Costanzo, ... regente da cadeira de física, teve de ser substituído interinamente por um professor contratado para o efeito.*





215 - Lisboa - Alameda D. Afonso Henriques

*(...) Os anos finais da década de 30 e os primeiros da de 40 vão ser marcados por um clima de exaltação nacionalista e pelo enquadramento da juventude pela Mocidade Portuguesa, que procura controlar e sobrepor-se ao associativismo estudantil.*

*A monumentalidade do campus do Técnico oferece o cenário ideal para algumas celebrações do regime, (...).*

*Foto: António Passaporte, AFCML B086452[2]*